

ENCARTE CLACSO

# CADERNOS DA AMÉRICA LATINA VII



Consejo Latinoamericano  
de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano  
de Ciências Sociais

---

Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* constituem uma iniciativa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe: Ruy Mauro Marini (Brasil); Agustín Cueva (Equador); Álvaro García Linera (Bolívia); Celso Furtado (Brasil); Aldo Ferrer (Argentina); José Carlos Mariátegui (Peru); Pablo González Casanova (México); Suzy Castor (Haiti); Marilena Chauí (Brasil); Florestan Fernandes (Brasil); Orlando Fals Borda (Colômbia); Mayra Paula Espina Prieto (Cuba); Edelberto Torres Rivas (Guatemala); René Zavaleta Mercado (Bolívia); Rodolfo Stavenhagen (México); Milton Santos (Brasil); Silvio Frondizi (Argentina); Gerard Pierre-Charles (Haiti); Aníbal Quijano (Peru); e Juan Carlos Portantiero (Argentina) entre outros. Os *Cadernos de Pensamento Crítico Latino-americano* são publicados no jornal *La Jornada* do México e nos *Le Monde Diplomatique* da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Peru.

CLACSO é uma rede de 245 instituições que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 25 países: [www.clacso.org](http://www.clacso.org)

Coordenação editorial: Emir Sader

---

## REINVENTAR A UNIVERSIDADE PÚBLICA NOVENTA ANOS APÓS A REFORMA DE CÓRDOBA

Os textos que compõem o presente **Caderno do Pensamento Crítico** constituem uma contribuição ao necessário debate sobre o presente e o futuro das universidades latino-americanas e caribenhas. Noventa anos após a Reforma Universitária de Córdoba, cujo *Manifesto Liminar* foi publicado em nosso *Caderno N° 4* (maio de 2008), e em meio a uma conjuntura regional na qual se entremeiam grandes oportunidades políticas e enormes desafios democráticos, a reflexão sobre nossas universidades constituiu um imperativo intelectual, uma necessidade estratégica que muito contribuirá para a construção de um futuro de justiça e igualdade.

Pensar a atualidade do legado da Reforma e, ao mesmo tempo, a necessidade de ir mais além dos limites do reformismo do '18 para ampliar sua herança democrática, é o eixo que percorre este novo *Caderno*. As contribuições aqui apresentadas constituem fragmentos de alguns dos capítulos que compõem o livro compilado por Emir Sader, Hugo Aboites e Pablo Gentili: *La Reforma Universitaria. Desafíos y perspectivas 90 años después*, publicado pelo CLACSO.

# A reforma de Córdoba: sua atualidade e seus desafios

Carlos Tünnermann Bernheim\*

A Reforma de Córdoba foi o primeiro questionamento formal à universidade latino-americana tradicional e, de acordo com alguns sociólogos, marcará o momento da entrada da América Latina no século XX. As universidades latino-americanas, como fiel reflexo das estruturas sociais que a independência não conseguiu modificar, continuavam sendo os “vice-reinados do espírito”, e conservavam, em essência, seu caráter de academias senhoriais. Até então, universidade e sociedade caminharam sem se contradizer, pois durante os longos séculos coloniais e no primeiro século da República, a universidade não fez nada além de responder aos interesses das classes dominantes da sociedade, donas do poder político e econômico e, por isso mesmo, da própria universidade. O Movimento de Córdoba, que se iniciou em junho de 1918, foi a primeira confrontação entre uma sociedade que começava a experimentar mudanças de sua composição social e uma universidade envolta em esquemas obsoletos.

Como seu fruto mais precioso, a Reforma de Córdoba trouxe às universidades latino-americanas a autonomia universitária. Sua conquista foi fundamental para o desenvolvimento de nossas univer-

sidades desde então. A renovada função social da educação superior defendida pelo Movimento Reformista, assim como a eleição das autoridades universitárias pela própria academia e o co-governo, são postulados que hoje estão consagrados nas leis e estatutos universitários da região. Córdoba representará um marco na história da universidade latino-americana: “*a Universidade, depois de 1918, não foi o que há de ser, mas deixou de ser o que vinha sendo*”, afirmará Germán Arciniegas: “*1918 foi um passo inicial, a condição para que se cumprisse o destino da Universidade na América como Universidade*”.

Embora a Reforma não tenha conquistado a mudança de nossas universidades no nível que as circunstâncias exigiam, é inegável que deu passos positivos nessa direção. Sua ação centrou-se, principalmente, nos aspectos organizacionais do governo universitário, como garantia da democratização que se buscava. Foi menos eficaz no que diz respeito à reestruturação acadêmica da universidade, que continuou respondendo ao padrão napoleônico profissionalista. Contudo, em uma perspectiva histórica, Córdoba será o ponto de partida do processo em marcha da reforma que nossas universidades tanto

necessitam processo que deve nos conduzir ao planejamento de um modelo mais ajustado a nossas necessidades, a nossos valores e a nossas genuínas aspirações democráticas. Neste sentido, Córdoba continua apontando o caminho: fortalecer nossa própria identidade para dar uma resposta a essas necessidades, extraindo deste Movimento o que ele teve de autêntico e inspirando-nos em sua própria vocação latino-americanista.

Córdoba foi o primeiro passo. Um passo firme e para frente. Com ele se iniciou um movimento original, sem precedentes no mundo. Ecos deste movimento ressoaram no Maio Francês, nos Estados Unidos em 1968, e inclusive na “Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI” (promulgada em Paris, em 1998). O “*Grito de Córdoba*” não se extinguiu. “*Ainda está no ar*”, como afirmará Risieri Frondizi. Assim, Córdoba continua sendo, para nós, a reforma por excelência.

*\*Ex-ministro da Educação da Nicarágua durante os cinco primeiros anos da Revolução Sandinista, Embaixador da Nicarágua nos Estados Unidos e na OEA (1984-1988) e ex-reitor da Universidade Nacional Autônoma de seu país.*

## Pós-neoliberalismo, reforma universitária e excelência acadêmica

Pablo Gentili\*

Noventa anos após a explosão da Reforma Universitária de Córdoba, a América Latina enfrenta uma conjuntura política de enormes oportunidades e expectativas democráticas. A emergência de novos governos, com diferenças e especificidades nacionais, mas surgidos das lutas populares e de processos de mobilização social que foram fundamentais para minar a legitimidade do projeto neoliberal, abre esperanças e atualiza uma agenda de desafios democratizadores em todo o continente. A conjuntura exige uma grande dose de criatividade e responsabilidade para poder avançar na construção de uma nova reforma universitária que, de maneira eficaz, amplie e consolide instituições acadêmicas inclusivas e de qualidade, ou seja, de “excelência”. Contudo, as novas administrações pós-neoliberais devem procurar fugir das armadilhas que o neoliberalismo lhes deixou, em um caminho repleto de emboscadas e armadilhas, onde a tentação do discurso tecnocrático pode ser o primeiro passo em direção ao fracasso.

Portanto, discutir o tipo de “excelência” que deve guiar as políticas universitárias de governos que aspiram reverter a herança de exclusões e discriminação deixadas pelo neoliberalismo, parece não ser um tema menor.

Hoje, mais do que nunca, devemos enfatizar que um projeto de universidade que constrói sua “excelência” sobre a base da omissão ou da indiferença diante das condições de vida de milhões de seres humanos e de sua incapacidade, declarada ou não, para lutar contra a opressão e contra a persistência das desigualdades produzidas todos os dias pela tirania do mercado, costuma ser um projeto de universida-

de no qual a “excelência” acaba sendo o alibi, o pretexto, talvez mais eficaz para justificar seu cinismo e sua petulância intelectual. Há noventa anos, o *Manifesto Liminar* da Reforma de Córdoba nos alertava: “[nossas universidades se transformaram no] lugar onde todas as formas de tirania e insensibilidade encontraram a cátedra que as ditasse”.

Neste sentido, a “excelência acadêmica” não pode se basear em um projeto de universidade que prescindir da especificidade que possuem as instituições de educação superior e do radical poder desestabilizador que se deriva, potencialmente, desta especificidade. As universidades democráticas devem ser espaços de produção e difusão dos conhecimentos socialmente necessários à compreensão e à transformação do mundo em que vivemos, para que o compreendamos de formas diversas e abertas, sendo o âmbito inescusável no qual o debate acerca das múltiplas formas de compreensão e construção de nossas sociedades se torna inevitável e necessário. As universidades nos ajudam a ler o mundo, a entendê-lo e a imaginá-lo. Para isso, a produção científica e tecnológica constituiu uma contribuição fundamental, entendendo assim que o monismo metodológico e que o sectarismo teórico não são outra coisa além de obstáculos que impedem uma compreensão crítica de nossa realidade histórica. Descolonizar as universidades para contribuir com a luta para a descolonização do poder parece ser um lema da grande atualidade que ressoa intensamente na memória viva do movimento reformista, mesmo quando este, há quase um século, estava inevitavelmente contaminado por um iluminismo prometeico.

A “excelência acadêmica” está relacionada, portanto,

com a democratização efetiva de nossas universidades, com a democratização das formas de produção e difusão de saberes socialmente significativos e com a própria democratização das possibilidades de acesso e permanência dos mais pobres nas instituições de educação superior. Fora deste contexto, as universidades parecem condenadas a buscar sua redenção na condescendência aos tiranos, seja qual for sua origem e sua época, sejam quais forem as razões que eles buscam para justificar sua própria existência.

Dessa forma, a “excelência acadêmica” encontra sentido nas oportunidades efetivas que as universidades criam para “revolucionar as consciências”, como dirão os reformistas; nas condições materiais e simbólicas que elas oferecem para desestabilizar os dogmas impostos pelos poderosos; na luta contra o autismo intelectual que os donos do poder nos propõem, acompanhados em coro por seus médios acólitos, ocultos por trás da toga da prepotência. Dirão os reformistas, em 1918: “*o estalido do chicote só justifica o silêncio dos covardes*”. Fazer desta expressão um guia para a ação é, talvez, um indicador de excelência mais eficaz do que oferecer qualquer prova de aprendizagem aplicada aos alunos.

A atualidade americana, parafraseando José Carlos Mariátegui, interpela-nos a reconhecer que o projeto da Reforma de Córdoba possui uma enorme atualidade já que, acima de todas as coisas, constitui um contundente discurso ético e público sobre nossas universidades e suas práticas cotidianas. Construir as universidades como um *valor* imprescindível na luta contra a opressão e a injustiça nos ajuda a recuperar o valor que perderam nossas instituições de educação superior em uma era na qual as desi-

gualdades e a exploração se transformaram em dados aparentemente irrelevantes. A universidade constrói valores e, ao fazê-lo, constrói a si mesma como aparelho de reprodução da tirania ou como espaço público de produção e invenção de utopias. Em 1918 eram gestados os traços de uma utopia de emancipação e revolta, herança que seria recuperada cinquenta anos mais tarde, quando em 1968, nas barricadas de Paris, Praga, México, Estados Unidos, Alemanha e Itália, os estudantes voltaram a tomar as ruas, clamando por justiça e igualdade.

Não há dúvidas de que os tempos mudaram e, em um tremendo paradoxo, embora diversos governos populares se multipliquem por todo o continente, as utopias libertárias e socialistas, humanistas e democráticas que inspiraram os movimentos emancipatórios durante todo o século XX, parecem ainda dispersas, tênues e por momentos insignificantes.

Talvez hoje, mais do que nunca, a universidade pos-

sa nos ajudar a imaginar alternativas. Isso supõe, em primeiro lugar, que aqueles que trabalham nas instituições acadêmicas sejamos capazes de pensar que nós mesmos, nossas práticas, nossas normas e, também claro, nossos discursos nem sempre estão à altura dos desafios que os novos tempos exigem. A universidade não poderá contribuir para pensar uma sociedade diferente se ela não assumir o desafio político de mudar a si mesma. A universidade nunca será uma fonte de utopias (no plural e em permanente estado de instabilidade) se ela não for capaz de enunciar os contornos de seus próprios projetos utópicos.

É provável que, sem dúvida alguma, os insumos para que isso aconteça não estejam hoje tão visíveis e definidos como no passado. É possível que estejam dispersos e fragmentados. Entretanto, o legado de esperança do Movimento Reformista de Córdoba é que as utopias sempre existem e, como proclamava a juventude de Paris, talvez estejam debaixo dos calçamentos, nos alicerces,

debaixo da terra. Recuperar, ou seja, inventar novamente estas utopias é um desafio inevitável, urgente e necessário. E, para isso, entre outras coisas, servem as nossas universidades. Universidades que, para encontrar e traçar seu sentido histórico, não podem fugir ao desafio de se pintarem de negro, de mulato, de índio, de operário, de camponês, de povo, como dirá Che Guevara em seu célebre discurso na Universidade Central de Villas, em 28 de dezembro de 1959.

Noventa anos após a Reforma Universitária de Córdoba, e diante dos desafios que a atual conjuntura latino-americana nos impõe, ressoa com vigor o grito de esperança brandido pela sentença reformista em seu *Manifiesto Liminar*. “Uma vergonha a menos, uma liberdade a mais. As dores que nos ficam são as liberdades que nos faltam”.

*\*Pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/UERJ) e Secretário-executivo Adjunto do CLACSO.*

## A atualidade dos ensinamentos da reforma de Córdoba (1918). Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais?

Dalila Andrade Oliveira\* e Mário Luiz Neves de Azevedo\*\*

Chamada “Reforma de Córdoba” de 1918 é um marco histórico incontornável para se compreender os demais processos de reforma universitária, ocorridos em outros países latino-americanos, tais como: Peru, Cuba, Uruguai, Chile e outros, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto a democratização da universidade e a defesa de princípios tais como: a) autonomia universitária; b) eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; c) concursos para a provisão de cargos docentes; d) docência livre; e) assistência livre; f) gratuidade do ensino; g) renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; h) assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso; i) extensão universitária; j) integração e unidade latino-americana.

Assim, pode-se dizer que o movimento dos estudantes de Córdoba em favor de uma reforma universitária apresentou os princípios de uma crítica ao modelo de universidade tradicional existente na América Latina que, não seria exagero dizer, ainda dependente de um paradigma colonial de organização da educação superior.

Dessa forma, o presente texto propõe-se a discutir a atualidade dos debates, princípios e ensinamentos da Reforma de Córdoba e, recuperando o pensamento de José Carlos Mariátegui (1895-1930), intelectual peruano do primeiro terço do século XX, e de Boaventura de Souza Santos, pensador português contemporâneo, retoma a idéia de que a universidade, respeitados os períodos históricos, permanece em crise.

### A atualidade da Reforma de Córdoba

A Reforma de Córdoba caracterizou-se pelas propostas de co-gestão (a administração compartilhada entre professores, estudantes e egressos), autonomia universitária plena, não obrigatoriedade de frequência às aulas (assistência livre), liberdade e periodicidade de cátedra e estabelecimento de concursos para professores. A gratuidade do ensino, apesar de não ter sido aprovada como uma proposta no Congresso dos Estudantes de 1918, torna-se

uma exigência cada vez mais forte no cenário universitário latino-americano sendo instituída, na Argentina no primeiro Governo de Juan Domingos Perón, em 1947. Essas conquistas e a confiança nos princípios históricos da reforma emularam o conjunto acadêmico a resistir a ditaduras, como a de Juan Carlos Onganía (1966) e a Junta Militar (1976) e a governos intervencionistas - que atentaram contra a autonomia universitária - e privatizantes, a exemplo, na década de 1990, de Carlos Saúl Menem, que empreende uma política econômica liberal-ortodoxa e no plano universitário promove, com o financiamento do Banco Mundial, o Programa de Reforma da Educação Superior (PRES).

Entretanto, é necessário ressaltar, o movimento de reforma universitária de 1918 não pode ser analisado somente a partir de uma agenda para a educação superior, pois ao mesmo tempo trata-se de um movimento com demandas locais e acadêmicas, no âmbito de uma universidade tradicional que não atualizou suas estruturas e métodos, permanecendo fiel ao estilo colonial e oligárquico de instituição. O movimento dos estudantes de Córdoba foi um símbolo de mudanças e, ao mesmo tempo, uma resposta à conjuntura nacional e internacional que assistia ao fim da primeira guerra mundial, à revolução russa, à crescente urbanização e proletarianização da sociedade argentina, devido a certa industrialização e aos fluxos migratórios europeus, e à ascensão das classes médias argentinas ao poder, representada pela eleição de Hipólito Irigoyen (UCR-União Cívica Radical), em 1916, que era um apoiador da Reforma de Córdoba.

### A reforma universitária na atualidade

O tema da reforma universitária esteve presente nas duas últimas décadas na maioria dos países latino-americanos como uma exigência de adequação da universidade à realidade atual: os processos de globalização econômica exigentes de maior agilidade no desenvolvimento e difusão do conhecimento científico, a reestruturação produtiva, ensejando novas profissões e eliminando outras, as novas tec-

nologias, modificando os processos de aprendizagem e introduzindo inovações ao processo produtivo, e a reorganização administrativa, fundada em maior flexibilidade das relações de trabalho.

Muitas das bandeiras empunhadas pelo movimento estudantil de Córdoba em 1918 não estão presentes nas pautas de reformas atuais e os estudantes hoje, por meio de suas organizações, têm se ocupado mais em denunciar as reformas (ou ameaças de) atuais das universidades, ou seja, uma defesa conservadora do seu *status quo*. Denunciam o caráter privatista das reformas, conclamam a defesa da universidade pública nos moldes que aí está e pouco se dedicam às propostas de novas formas de intervenção no governo das universidades, no sentido de torná-las mais democráticas no seu acesso e na sua gestão. Contrariamente ao movimento de Córdoba que insistia na renovação dos métodos de estudo, na denúncia à estratificação conservadora das universidades, a arbitrariedade no preenchimento das cátedras, a inépcia dos professores e a livre assistência e docência. O movimento estudantil hoje parece dedicar pouca atenção às relações de poder internas e cotidianas às universidades, incluindo as salas de aula e os laboratórios de pesquisa, onde persistem formas veladas de autoritarismo e exclusão.

A atualidade da luta do movimento estudantil de Córdoba de 1918, sobretudo pela ousadia em ensaiar propor formas revolucionárias de governo em uma instituição de caráter tão refratário - que após quase um século ainda soam extremadas - pode ser constatada nas denúncias que ali se faziam ao caráter fechado da universidade que persiste em nossos dias.

“Nosso regime universitário - mesmo o mais recente - é anacrônico. Está fundado sobre uma espécie de direito divino; o direito divino do professorado universitário. Acredita em si mesmo. Nele nasce e nele morre. Mantém uma distância olímpica. A federação universitária de Córdoba se levanta para lutar contra esse regime e entende que nele se vai a vida. Reivindica um governo estritamente democrático e sustenta que a comunidade universitária, a

soberania, o direito de dar-se governo próprio radica principalmente nos estudantes. O conceito de autoridade que corresponde e acompanha um diretor ou um professor em um lar de estudantes universitários não pode apoiar-se na força de disciplinas estranhas à substância mesma dos estudos. A autoridade, em um lar de estudantes, não se exercita mandando, mas sugerindo e amando: ensinando”. (Manifesto de Córdoba, 1918)

Para a análise das contribuições que tal movimento trouxe ao pensamento latino-americano recorreremos às reflexões de Mariátegui, contida em alguns de seus principais textos, os “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana”. As reflexões de Mariátegui são extremamente atuais e constituem-se como instrumental de grande relevância para a investigação dos processos sociais recentes da América Latina, especialmente no que se refere às análises que produziu, pouco antes de sua morte, no ensaio “O processo da educação pública”, em que dedica um item à reforma de Córdoba, ocorrida uma década antes.

Publicado originalmente em 1928, “O processo da educação pública” analisa a reforma universitária de Córdoba, realizada em 1918, tentando demonstrar que houve uma solidariedade entre o movimento estudantil e o movimento histórico geral desses povos. Mariátegui era ele próprio um homem típico latino-americano, peruano, nascido em Monquegua, “tinha o rosto impecavelmente andino, uma cabeça universal e um coração suficientemente grande para se colocar ao lado dos operários, dos camponeses, dos indígenas com outras línguas e culturas, dos condenados da terra, dos sem-terra de todo o mundo.” (Montoya Rojas, 2008: p. 9).

Para Mariátegui, o movimento que se iniciou com a luta dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade assinala o nascimento da nova geração latino-americana. Muitos mencionam um novo espírito presente nesse movimento que acabou por influenciar movimentos de mesma natureza em vários países da América Latina. Corroborando do mesmo sentimento, ele afirma que “Os estudantes de toda América Latina, ainda que levados à luta por protestos peculiares de sua própria vida parecem falar a mesma linguagem” (Mariátegui, 2008: p.130).

Na sua análise o autor procura definir os traços próprios e específicos do movimento que originou a reforma universitária de Córdoba de 1918, como sendo: a intervenção dos alunos na direção das universidades e o funcionamento de cátedras livres, ao lado das oficiais, com direitos idênticos, ocupados por professores de capacidade reconhecida na matéria.

A participação dos estudantes no governo das universidades e a implantação da docência livre e da livre assistência estudantil exigiam a reforma do sistema docente e impunham a autonomia da universidade entendida como instituição dos alunos, professores e diplomados. Além disso, estava presente nessas reivindicações a revisão dos métodos e conteúdos dos estudos e a exigência de que a extensão universitária fosse um meio de vinculação efetiva entre a universidade e a sociedade.

A partir de revisão de literatura trazendo estudos realizados à época sobre o fenômeno em questão, Mariátegui (2008) constata que os princípios que orientaram a Reforma de Córdoba estiveram presentes no movimento estudantil na década que a sucedeu em diferentes países da América Latina. Na sua interpretação, o movimento estudantil de Córdoba influenciou em larga medida os movimentos políticos daquela década na América Latina: “os princí-

pios sustentados pelos estudantes argentinos são, provavelmente, mais conhecidos, por sua extensa influência no movimento estudantil da América desde seu primeiro enunciado na Universidade de Córdoba” (Mariátegui, 2008: p.135).

Buscando compreender as razões daquele movimento, o referido autor observa que o legado espanhol para as ex-colônias latino-americanas atribuía um sentido aristocrático e um conceito eclesiástico e literário ao ensino que fechava as universidades aos mestiços. A cultura era assim, um privilégio de castas. O regime econômico e político, determinado pelo predomínio das aristocracias coloniais, colocou por muito tempo as universidades da América Latina sob a tutela dessas oligarquias e de sua clientela, o que fez com que as universidades tivessem uma tendência à burocratização acadêmica. O povo não tinha direito à instrução, a universidade estava a serviço de formar clérigos e doutores. Assim, observava o autor que “o desenvolvimento incipiente e o mísero alcance da educação pública fechavam os graus superiores do ensino para as classes pobres.” (Mariátegui, 2008: 135).

De modo geral, com os movimentos de independência colonial, observou-se a simpatia ao princípio do igualitarismo, influência da revolução francesa, pelos intelectuais latino-americanos, mas tal princípio estava orientado ao “criollo”, o que excluía, por decorrência, a atenção ao índio e ao negro da América Latina. Ao mesmo tempo este movimento apresenta-se conectado com a grande agitação do pós primeira Guerra Mundial:

“as esperanças messiânicas, os sentimentos revolucionários, as paixões místicas próprias do pós-guerra, repercutiam particularmente na juventude universitária da América Latina. O conceito difuso e urgente de que o mundo entrava em um novo ciclo despertava nos jovens a ambição de cumprir uma função heróica e realizar uma obra histórica. (...) uma paixão que as gerações anteriores não tinham conhecido. E enquanto a atitude das gerações passadas, como correspondia ao ritmo da sua época, tinha sido evolucionista – às vezes um evolucionismo completamente passivo – a atitude da nova geração era espontaneamente revolucionária” (Mariátegui, 2008: 130).

Observa, contudo, o autor que a ideologia do movimento estudantil no princípio careceu de homogeneidade e autonomia, aceitando como novas as velhas idéias democrático-liberais vindas dos EUA. Este movimento estava longe de propor objetivos estreitamente universitários e é justamente por sua relação próxima e crescente com o avanço das classes trabalhadoras e a diminuição dos velhos privilégios econômicos que pode ser compreendido como um processo de profunda renovação latino-americana.

Além da primeira guerra mundial, outro fator decisivo para a reforma universitária de Córdoba, apontado por Mariátegui (2008), a partir da leitura de Lanuza, foi a evolução da classe média. A maioria dos estudantes pertencia à classe média e uma das consequências da primeira Grande Guerra foi a proletarização da referida classe.

A condição de proletarização da classe média aproximou esses setores do movimento operário sindical aportando importantes contribuições ao pensamento crítico-social latino-americano. Segundo Mariátegui (2008), saíram da universidade, em todos os países latino-americanos, grupos de estudiosos de Economia e Sociologia que colocaram seus conhecimentos a serviço do proletariado, “dotando este, em alguns países de uma direção intelectual da qual geralmente careciam antes.

Finalmente, os propagandistas e agentes entusiasmados da unidade política da América latina são, em grande medida, os antigos líderes da reforma universitária que conservavam dessa maneira sua vinculação continental.”

A busca desta unidade marca fundamentalmente o pensamento social e político latino-americano nas primeiras décadas do século XX. Ruy Mauro Marini, discutindo a origem e trajetória da Sociologia latino-americana, observa que os anos 1920 implicaram para a América Latina em grandes mudanças em todos os planos da vida social. A divisão internacional do trabalho que teve lugar no período após a primeira Grande Guerra abre espaço para que nos países latino-americanos se comece um processo de industrialização, cuja contrapartida é a criação do mercado interno, o qual impacta a diferenciação de classes. Os movimentos de classe média e classe operária impõem novas alianças sócio-políticas radicalizando as contradições entre a oligarquia agro-comercial e a burguesia industrial, levando a novos tipos de Estado baseados no nacionalismo e em pactos menos excludentes. Paralelamente, se intensificam as relações comerciais e políticas entre os países da Região, o que o autor considera um suporte necessário para o conceito autônomo de latino-americanismo. (Marini, 2007: 228).

É nesse contexto que ocorre a Reforma de Córdoba que servirá de exemplo e influenciará de maneira significativa o pensamento crítico latino-americano no que se refere à universidade.

### Crise Contemporânea da universidade e reforma

Boaventura de Souza Santos a partir da análise da universidade no mundo ocidental, afirma que durante o século XX o modelo tradicional de universidade entra em crise, mas uma crise de identidade propriamente dita só se explicitou de fato, a partir dos anos 1960. O autor considera que a aparente perenidade dos objetivos da universidade, definida em termos de sua eterna missão como: “um lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria” (1995: 188) foi abalada, na referida década, com as transformações a que a universidade se viu submetida. Por séculos inteiros a universidade sobreviveu como uma instituição impermeável às influências mais imediatas do meio, tendo como seu grande objetivo a investigação, de onde derivavam suas outras funções, dentre elas o ensino. O ensino era tomado como consequência ou desdobramento do processo de investigação. A universidade era o lugar do desenvolvimento da ciência, da cultura, do livre pensar. Um lugar onde os fins imediatos e práticos não se constituíam em imperativos. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão só viria a ser exigida em tempos mais tarde.

A partir da década de 1960, ainda segundo Santos (1995), os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços. É também por esta década que o mundo assiste a explosão da universidade, traduzida no aumento significativo do número de cursos, de estudantes, de professores e de instituições. Tal explosão, se por um lado resultou na expansão do ensino, por outro ampliou em muito a pesquisa acadêmica, estendendo-a a novas áreas do conhecimento. Para o referido autor, a compatibilidade entre as diferentes funções da universidade vai refletir em contradições entre si e na própria noção de universidade, fundada na investigação livre e desinteressada. Tais contradições acabaram por criar pontos de tensão tanto na relação da universidade com o Estado e com a sociedade, quanto no interior das suas próprias instituições e organizações, o que motivou as

reformas propostas em todo o mundo, nas últimas décadas. Na realidade, para Santos (1995), tais reformas traduzem a tentativa de controle através da gestão dessas tensões.

O autor identifica três domínios dessa tensão: o primeiro estaria na contradição entre a produção de alta cultura e a formação da força de trabalho qualificada, exigida pelo desenvolvimento industrial; o segundo seria a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados, por meio das restrições do acesso e da credencialização das competências, e as exigências políticas de democratização e de igualdade de oportunidades; e, por fim, a contradição entre a reivindicação da autonomia dos valores e dos objetivos institucionais e a submissão crescente a critérios de eficácia e de produtividade de origem e natureza empresariais. Contudo, o autor nos alerta que, não sendo de sua natureza intervir no nível das causas profundas das contradições, “a gestão das tensões tende a ser sintomática e representa sempre a reprodução controlada de uma dada crise da universidade.” (Santos, 1995: 190)

Sendo assim, a universidade sofre uma crise institucional na medida em que a sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos vigentes em outras instituições tidas como mais eficientes. As relações entre a universidade, o Estado e a sociedade se transformam a partir dos anos 1960, quando se observa maior exigência de que as pesquisas e a produção do conhecimento se vinculem aos processos e problemas sociais e econômicos. Tais mudanças são resultado da tentativa de grupos sociais organizados em denunciar que a universidade pública sempre esteve divorciada das práticas sociais. A crítica dirigida à Universidade por esses movimentos procurava demonstrar que a produção acadêmica apresentava um caráter descomprometido, às vezes diletante e

inócuo, desvinculado dos interesses sociais e econômicos. Tais críticas tiveram grande ressonância junto aos setores empresariais e aos movimentos sociais organizados. A partir de então, a produção acadêmica passa a sofrer pressões do campo empresarial, o que refletiu em uma constante tensão entre a busca de sua identidade como produtora de conhecimentos científicos e culturais de forma autônoma e o risco de uma vinculação estreita e subordinada aos processos empresariais. A ciência se viu transformada em força produtiva e a produção do conhecimento passou a exigir uma relação de justificativa imediata e operacional em todos os campos do saber. (Santos, 1995)

O caráter utilitário que passa a pautar a produção acadêmica a partir de então, se por um lado, revela a luta dos movimentos sociais pela conquista dos setores menos abastados da sociedade à educação de mais alto nível, à educação superior ou a possibilidade de participar da produção do conhecimento, por outro lado, submeteu a universidade ao pragmatismo e às políticas de resultados palpáveis.

### Comentários finais

Os traços característicos da Reforma de Córdoba apontados por Mariátegui e presentes no Manifesto de Córdoba de 1918 - a intervenção dos alunos na direção das universidades e o funcionamento de cátedras livres, ao lado das oficiais, com direitos idênticos, ocupados por professores de capacidade reconhecida na matéria - não estão presentes como demandas fundamentais das reformas universitárias da atualidade. A noção de autonomia universitária perdeu o caráter autonomista e o componente de auto-gestão proclamado pelos estudantes de Córdoba. Cada vez mais o princípio de autonomia se reveste de um significado institucional, de maior liberdade contratual. A crise da uni-

versidade que se assiste na atualidade, comentada por Santos (1995), é a crise de outra universidade, mas nem por isso mais democrática, mais justa, mais republicana, mais humana e, em certa medida, menos medíocre.

Algumas das bandeiras de Córdoba estão distantes das pautas de reivindicações do movimento estudantil na atualidade. A livre assistência às aulas, a qualidade do trabalho dos professores, a exigência de democratização das relações de ensino parecem ser tabus que o movimento estudantil não ousa tocar. Apesar de muitas manifestações nos últimos anos resultarem em ocupação de reitorias pelos estudantes, observa-se que tais ações não passam de meios táticos de pressão para atendimento a pautas cotidianas específicas.

Enfim, o caráter elitista das universidades latino-americanas, em especial a universidade brasileira, permanece intocável e o movimento estudantil pouco investe em lutas na direção de romper esse caráter e de permitir o acesso amplo e irrestrito à universidade pública, gratuita e de qualidade. Vale lembrar que só muito recentemente a incorporação dos índios e negros passou a ser uma preocupação desses movimentos.

*\*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do GT “Educação, Políticas e Movimentos Sociais” do CLACSO.*

*\*\*Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Vice-reitor da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisador da Fundação Araucária.*

### Bibliografia

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.  
MARINI, Ruy Mauro. *América Latina dependencia y globalización*. Buenos Aires: CLACSO/Prometeo, 2007.  
SANTOS, Boaventura S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

# Reforma universitária de Córdoba, 90 anos: um acontecimento fundacional para a universidade latino-americanista\*

Roberto Leher\*\*

O movimento reformista de 1918 não foi um raio em céu azul que irrompeu em Córdoba. No início do século, a matriz civilizacional que servia de modelo para os setores dominantes latino-americanos ilustrados –a Europa– estava desmoralizada por uma sangrenta guerra que transformava os jovens em “buchas de canhão”. Em agudo contraste com as concepções conservadoras e reacionárias que representavam a classe trabalhadora como “a classe perigosa”, grosseira, primitiva e adepta da barbárie, era o proletariado que forjava outra civilização com a Revolução de 1917. Nesse mundo convulsionado, uma nova onda de confrontos estava anunciada na Argentina. De um lado, o Radicalismo havia chegado ao governo em 1916 e necessitava de uma universidade não jesuítica para levar adiante o seu projeto de desenvolvimento e, por isso, seus apoiadores estavam dispostos a reformar parcialmente a universidade, objetivo que já motivara diversas greves estudantis que agitaram a Universidade de Buenos Aires no início do século; de outro, os setores oligárquicos e a igreja reacionária, por sua vez, recrudesciam o controle que já detinham sobre a universidade como uma espécie de cidadela para manter a ascendência sobre a formação das classes médias e dominantes.

A crescente intransigência das oligarquias e da igreja acelerou os conflitos estudantis. Em 1918, os confrontos se agravaram: a partir de maio, reitores foram destituídos, houve intervenções federais, golpes e contragolpes que inviabilizaram os reclamos estudantis. Os estudantes da Universidade de Córdoba declararam uma Greve Geral estudantil, empreenderam ações diretas impedindo a votação de novos interventores, escolhendo e nomeando as novas autoridades entre os seus representantes estudantis. Rapidamente, o movimento ganhou o apoio dos estudantes de todas as universidades argentinas. Nas palavras da Federação Estudantil da Universidade de Buenos Aires, “estamos com vocês no espírito e no coração”.

Foi nessa circunstância que o Manifesto seminal foi redigido por Deodoro Roca em 21 de junho de 1918. O Manifesto é um texto vigoroso, ousado na defesa da insurreição estudantil e da luta heróica, dotado de pinceladas antiimperialistas, contundente na crítica à imobilidade e ao autoritarismo da hierarquia fossilizada da universidade, ácido na crítica ao espírito de rotina e de submissão da grande maioria dos professores que concebia a ousadia intelectual como um anátema. É um texto

enfático no anticlericalismo e luminoso na concepção latino-americanista.

A defesa da laicidade que atravessa todo o Manifesto é marcadamente política. A Igreja detinha o controle sobre a instituição e sobre as atividades docentes. Neste contexto, em Córdoba, o curso de Direito, ocultado pelo eufemismo “direito público eclesiástico” era balizado pelo direito canônico e nos cursos de filosofia se ensinava que “a vontade divina era a origem dos atos dos homens” (Portantiero, apud Rieznik, 2000, p.149). O juramento profissional era realizado sobre os Santos Evangélicos. Os setores acadêmicos conservadores se mantinham no poder por normas criadas por eles para perpetuarem-se em suas cátedras vitalícias e pela criação de confrarias (“Corda Frates”) que agrupavam professores e forças políticas locais reacionárias, como o então governador da Província, ministros, prefeitos.

É também um texto que, pelo contexto da vida estudantil, muito influenciado pelas idéias liberais provenientes dos EUA, contem marcas egocêntricas, geracionais (provenientes de Ortega y Gasset), que se traduziram nos eixos da agenda reformista, centralizada no regime administrativo, nos métodos

docentes e no conceito de autoridade que vigeram na universidade. Este ainda não pôde enfrentar com objetividade a problemática que, em 1925, o cubano Julio Antonio Mella delineou com precisão: “Nada se resolve em fazer da universidade um centro tecnicamente perfeito, se a massa estudantil, que provém dos colégios religiosos ou dos colégios laicos privados, tem já formada uma mentalidade burguesa, e não científica da universidade”. Isso não quer dizer que as revoluções estudantis não tenham sido avaliadas por Mella como importantes, pois, em sua apreciação, acenderam um movimento de proporções latino-americanas e sinalizaram, na prática, a possibilidade de amplas transformações nas universidades marcadas pelo arcaísmo (Círia e Sanguinetti, 1968, p. 19).

Liberais, positivistas, socialistas, anarquistas, antiimperialistas de distintos matizes disputaram o caráter do movimento reformista; outros, como certas frações comunistas, denunciavam os reformistas por seu caráter burguês. Mas a despeito de sua heterogeneidade, limites e contradições, as lutas e os embates seguiram ao longo de todo o ano de 1918 (e a rigor, ao longo de todo o século XX é possível encontrar ecos dessas lutas), produzindo avanços organizativos como a constituição das Federações Universitárias de Córdoba (FUC) e da Argentina (FUA). Confirmando a ascendência da esquerda no seio do movimento estudantil, dois meses após o lançamento do Manifesto, os estudantes reuniram 20 mil pessoas em um ato, incluindo a Federação Operária. Embora ainda inorgânica, a aproximação operário-estudantil foi um acontecimento sumamente original nas lutas universitárias, até então protagonizadas por estudantes das classes média e alta.

Ainda que minoritários enquanto força política organizada, protagonistas socialistas trouxeram para a luta da juventude latino-americana a Revolução Russa de 1917. E, no processo de enfrentamento, afirmaram uma agenda antiimperialista que, ao recolocar a questão nacional e os sujeitos históricos da luta de classes em países capitalistas dependentes, provocaram reflexões originais, configurando um marxismo latino-americano com Ingenieros, Ponce, Mella e Mariátegui.

Essa combinação de perspectivas propiciou reflexões penetrantes sobre a educação popular, o caráter e a função social da universidade, incluindo problemas até então considerados fora da órbita dos debates sobre a educação superior: a presença dos proletários nas instituições; o compromisso com os problemas nacionais, o governo compartilhado e a autonomia da universidade, e as perspectivas latino-americana e antiimperialista. Por isso, até os dias de hoje, os conservadores reagem indignados à particularidade das universidades latino-americanas, consideradas desviantes do modelo europeu e, mais recentemente, das instituições estadunidenses.

A presença dos ideais reformistas de Córdoba em toda América Latina é largamente reconhecida, conforme aponta Bernheim (1997). Julio Mella (1905-1929) se aproximou do movimento de Córdoba por seu radical anticlericalismo, sendo fundador da liga anticlerical de Cuba (1922), da Federação de Estudantes de Cuba (1923), da liga antiimperialista das Américas e do partido comunista (1925). Por ter se destacado como excepcional militante foi assassinado no exílio a mando do ditador Geraldo Machado. É importante destacar que Mella teve contato com as obras de vários reformadores argentinos, como Ingenieros (a quem conheceu pessoalmente em 1925), Dario e Ugarte. Quando a insurgência estudantil cubana declarou a universidade livre, cinco anos após Córdoba, Mella, então com vinte anos, assumiu

o cargo de reitor interino da alta casa de estudos (Kohan, 2002, p.105).

Para ele, o cerne da reforma universitária passava por três eixos: a autonomia, pois a universidade era sufocada pelo governo corrupto; a representação, concretamente, o governo compartilhado, e a depuração do claustro. Em termos objetivos, a reforma teria de abarcar quatro núcleos: a) não ser uma fábrica de títulos; b) não ser uma escola de comércio “aonde se vai buscar tão somente um meio de ganhar a vida”; c) influir de maneira direta na vida social, e d) socializar o conhecimento. Esta última preocupação nada tinha de proclamatória. Junto com companheiros Mella criou a Universidade Popular José Martí, dirigida pelos trabalhadores, com o objetivo de “destruir uma das tiranias da atual sociedade: o monopólio da cultura” (Mella, 1924, apud Kohan, 2002, p.108).

Mariátegui (1894-1930), em pleno calor dos acontecimentos, constatou a heterogeneidade do movimento e as tensões provocadas pelo Radicalismo que restringia a autonomia do movimento, bem como as limitações liberais vindas dos EUA. Contudo, reconheceu que com o contato com o proletariado, as idéias foram se tornando mais claras e adquiriram um contorno mais revolucionário, abandonando a postura inicial romântica, geracional e messiânica (Bernheim, 1997, p.15). Para levar adiante um ideário mais ligado às lutas populares, o Congresso Nacional de Estudantes criou, em 1920, a Universidade Popular Gonzáles Prada, cujo reitorado ficou a cargo de Haya de la Torre. Foi Mariátegui que introduziu os povos indígenas nos programas de formação política. Distintamente do marxismo eurocêntrico, o editor de Amauta sustentava em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* que o marxismo latino-americano não poderia ser “nem decalque, nem cópia”. Com esta obra, ocorre uma *latino-americanização* das idéias socialistas e marxistas.

Diante das resistências ao projeto de conversão das universidades brasileiras ao modelo dos *community colleges* estadunidenses mitigado com o Processo de Bolonha, um publicista desse ideário no Brasil (projeto Universidade Nova) alertou para o risco de isolamento da universidade brasileira diante do modelo de universidade mundializada pelos senhores do mundo (Monteiro, 2007). As concepções latino-americanistas de universidade parecem ser um anátema para os adeptos do processo bolonhês. Não é casual que a ofensiva neoliberal dos anos 1990 objetivou destruir todos os fundamentos dos reformistas: a gratuidade, o governo democrático e o pluralismo político, a autonomia, a liberdade de pensamento e de expressão, garantidas por cátedras paralelas e pelo ingresso por meio de concurso público, o co-governo, o acesso universal, a natureza pública dos processos institucionais.

Com efeito, o movimento que havia sido iniciado com uma agenda com inequívocas referências liberais acabou propiciando um ambiente intelectual no qual se afirmava um pensamento crítico original que tornava a problemática da universidade latino-americana distinta das demais regiões. As idéias reformistas ao serem apropriadas por estudantes socialistas assumiram cada vez mais um caráter antiimperialista, revolucionando as concepções até então vigentes de um marxismo que era assimilado como algo pronto para explicar a realidade latino-americana, o que, possivelmente, explicaria a intransigência dos comunistas argentinos com as lutas dos reformistas. Entre os mais destacados pensadores desta perspectiva é imprescindível mencionar, além do já citado Deodoro Roca: Gabriel del Mazo, um dos principais ideólogos e historiadores do movimento; Manuel Ugarte, um dos líderes da FUA, e

Julio V. González que, embora presidente da Federação Estudantil de La Plata, viveu intensamente as lutas de Córdoba, notadamente como secretário do I Congresso Nacional de Estudantes que estabeleceu as bases doutrinárias da Reforma acentuando o antiimperialismo. Imbuído de um ideal geracional proveniente de Ortega y Gasset (que visitara a Argentina em 1913), González chegou a criar um partido reformista de natureza estudantil, iniciativa que posteriormente reconheceu como equivocada. Também se engajaram nessa luta destacados intelectuais antiimperialistas, entre os quais se distinguem José Ingenieros (1877-1925) e seu discípulo Aníbal Norberto Ponce (1898-1938), editores da *Revista de Filosofía* que Mariátegui reconheceu como uma das publicações que melhor defendeu a Revolução Russa.

Se no plano das idéias e das concepções sobre a natureza e o caráter da universidade os estudantes de esquerda tiveram importante presença, no terreno das políticas efetivas para a educação superior é forçoso reconhecer que muitas das consignas da reforma universitária não teriam sido implementadas se parte das frações burguesas locais não tivesse acordo parcial com algumas delas. Distintamente do presente – em que não existem frações burguesas locais portadoras de um projeto estratégico para a universidade pública – o movimento de Córdoba contou com o apoio de frações burguesas locais que chegaram ao poder com o Radicalismo. Em mais de uma circunstância o Presidente Yrigoyen se colocou ao lado dos reformistas, assim como o ex-governador da Província Juárez Celman, parlamentares como Juan B. Justo, um socialista evolucionista (Kohan, 2002, p. 43) e Alfredo Palacios. De fato, existiram setores burgueses e pequeno-burgueses que enfrentaram as forças reacionárias da igreja que mantinham a universidade como sua fortaleza em um país que passava por ativa efervescência cultural e política. Essa universidade reprodutora e fossilizada não atendia aos anseios de desenvolvimento almejado pelo Radicalismo e, por isso, o apoio à luta estudantil, dentro de certos limites, desde que não afrontasse a ordem burguesa.

A natureza dos embates atuais é outra. Não se trata das contradições entre, de um lado, frações burguesas locais em busca de maior autonomia e, de outro, frações burguesas oligárquicas que queiram uma universidade ativamente conservadora, em que há brechas abertas para colocar em prática reformas democratizantes (o co-governo) e que reforcem a autonomia universitária (laicidade, autogoverno, autonormação, liberdade de cátedra com cátedras paralelas). No atual padrão de acumulação do capital, em curso na maior parte da América Latina, o bloco de poder dominante simplesmente não concebe a universidade pública, gratuita, assentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um objetivo relevante de sua agenda estratégica; ao contrário, comodifica a educação como serviço de mercado e concebe as universidades públicas com pesquisa como organizações subordinadas ao aparato produtivo e que devem fornecer serviços demandados pelos sujeitos que “melhor podem interpretar” o que deve ser a função social da universidade: os empresários. Pela primeira vez na história da universidade latino-americana, a defesa dessa instituição em seus traços universitários somente pode ser protagonizada pelos setores populares. Diante desse quadro inédito, o que fica da agenda e dos métodos de luta que transtornaram Córdoba e iluminaram as lutas de toda a América Latina para os embates de hoje?

### Inspirações de Córdoba, 90 anos depois

Esqueçam 1918! Os setores dominantes que organizam o social-liberalismo latino-americano, por

meio de seus intelectuais “progressistas e esclarecidos”, optaram por não rememorar os 90 anos das lutas de Córdoba que, em sua época, contou com a presença de burgueses “progressistas e esclarecidos”. Atualmente, a agenda e os métodos de luta de Córdoba são considerados anacrônicos para os setores dominantes e seus aliados dentro da universidade, pois o tempo histórico atual estaria sendo impulsionado pela dita revolução científica e tecnológica que exige que a universidade pública se desvencilhe de seus laços com o Estado e o direito público, conformando um modelo que não é nem napoleônico e tampouco humboldtiano. Os temas vindos de Córdoba são apresentados como resíduos de uma herança histórica a ser definitivamente apagada.

Neste contexto, não deixa de ser surpreendente que docentes estudiosos da educação superior em distintos países latino-americanos reivindicuem como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba. As preocupações com a função social, o pluralismo, a liberdade de pensamento e a autonomia universitária vêm sendo sustentadas como temas prioritários, tendo em vista a crescente dependência das universidades aos imperativos financeiros e institucionais particularistas. Tais imperativos direcionam as atividades universitárias de modo discriminatório, privilegiando as esferas mercantis e penalizam as pesquisas básicas (gramscianamente) desinteressadas e, principalmente, as investigações motivadas pela necessidade de enfrentar os grandes problemas nacionais dos povos e, por isso mesmo, críticas ao padrão de acumulação em curso e à sua superestrutura ideológica, o social-liberalismo.

Para apagar os ecos de 1918 que persistem nas universidades latino-americanas, as frações burguesas dominantes locais, em sintonia com a agenda bancomundialista, da OCDE e de círculos da UNESCO adeptos desse ideário, compreenderam que o método adotado pelas ditaduras empresarial-militares estava definitivamente superado e que a melhor forma de conversão das universidades às exigências da sociedade (leia-se, do mercado), alterando-a desde seu interior, era por meio de políticas de avaliação, defendidas em nome da publicidade e do mérito acadêmico, mas rapidamente confirmada como uma poderosa ferramenta heteronômica e pragmática, no sentido de que vale o que é útil ao mercado. É por meio desse aparato supostamente técnico e baseado em procedimentos “científicos” que o que é dado a pensar é formatado pelo pensamento único. A avaliação padronizada é também um recurso auxiliar para a implementação de reformas curriculares amigas do mercado, para a edificação de *rankings* entre instituições, para a distribuição de recursos com base em uma lógica utilitarista e para a conformação de uma carreira remunerada por parâmetros produtivistas. É também por meio da avaliação que o Estado e o capital atuam para restringir a circulação das idéias produzidas na universidade, pois, conforme os sistemas de avaliação, somente são relevantes as publicações nas revistas e livros previamente qualificados pelo sistema, as demais publicações são tidas como inapropriadas. Não há lugar, nessa lógica, para conhecimentos antisistêmicos, anticapitalistas e antiimperialistas.

A defesa da autonomia acadêmica da universidade no tempo presente passa pela luta contra o aparato de avaliação edificado pelos neoliberais, tanto na esfera governamental como por meio da criação de associações e ONGs que congregam governos e empresas. Nesse sentido, no combate à heteronomia, a avaliação tem de ser retomada pelos sujeitos da educação, os professores e os estudantes, desvinculando-a de toda perspectiva produtivista.

Outro aspecto relacionado às lutas cordobenses foi a compreensão de que somente uma universidade financiada pelo Estado, mas livre das ingerências governamentais, poderia dispor da necessária autonomia para garantir a liberdade de cátedra e garantir a sua universalização. O acesso livre à universidade, uma conquista de Córdoba, ainda é um imenso desafio a ser superado no século XXI. Além da estagnação relativa da oferta de vagas públicas e da possibilidade de que novas vagas sejam criadas fora do padrão universitário, nos termos dos *community colleges* e do padrão de baixa qualidade estabelecido pela maior parte das instituições privado-mercantis (Leher, 2007) e dos cursos a distancia massificados, é preciso enfrentar o falso universalismo liberal.

Ignorando as profundas diferenciações existentes no sistema de educação básica, os setores conservadores operam politicamente para impedir que a educação pública seja realmente unitária. A defesa do caráter unitário da educação requer a incorporação de uma perspectiva classista, em prol dos trabalhadores explorados e em favor das etnias sobre as quais o processo do capital foi historicamente erigido. Deliberadamente, as políticas focalizadas e de cunho gerencial abstraem o peso da classe na conformação da escola capitalista, situando as desigualdades como um problema de equidade, de respeito à diferença e passível de soluções gerenciais. Alternativamente, um real universalismo requer a incorporação dos povos que historicamente não compuseram as nações eurocentradas, por isso a defesa, nos dias de hoje, da universidade intercultural, abrindo diálogos não apenas sobre a democratização efetiva do acesso, mas também nos terrenos da epistemologia e da episteme. Não se trata, por suposto, de defender o relativismo epistemológico, mas de repensar o quanto o pensamento liberal-burguês foi capaz de impregnar o conceito de ciência e de (falso) universalismo. Embora a problemática da interculturalidade e dos estados plurinacionais não estivesse presente em Córdoba, é inequívoco que o pensamento advindo desse movimento, em especial os de Mella e Mariátegui, colocou o desafio de construção de um conhecimento original que não fosse uma mera transposição de saberes produzidos em outros contextos.

As reivindicações de Córdoba seguem causando aversão aos setores conservadores – e por isso contêm um acento político radical – em virtude da desconstrução do conceito de universidade substituído, cada vez mais, pelo de organizações de ensino terciárias, mais massificadas, mas muito distintas das instituições que poderiam cumprir as funções sociais preconizadas pelos reformadores de 1918. De fato, os governos liberal-democráticos sustentados por coalizões de classes heterogêneas – que necessitavam da universidade como uma instituição estratégica para o processo de substituição das importações – inexistem atualmente, em função do padrão de acumulação do capital que se consolidou após a crise da dívida de 1982. Por isso, o futuro da universidade está indissociavelmente relacionado às lutas sociais antisistêmicas conforme previram os intelectuais protagonistas das lutas de Córdoba e pela reforma da universidade latino-americana.

Existem nas lutas protagonizadas pelos movimentos estudantis do presente ecos dos ideais sustentados pelos reformistas? As respostas a essa indagação não são simples. Como não foi possível forjar um movimento universitário latino-americano no escopo de movimentos antiimperialistas mais amplos e persistentes no tempo, como queriam Mella e Mariátegui, os nexos dos movimentos do presente com o movimento derivado de Córdoba não podem ser imediatos. Contudo, examinando determinadas lutas atuais é inequívoco que não apenas persistam

elementos centrais da agenda, mas também dos métodos radicais e criativos de lutas que guardam fortes similaridades com os de outrora.

No Brasil, é possível encontrar a presença de ecos de Córdoba no movimento de reforma universitária brasileiro que se ampliou no início dos anos sessenta, havendo referências explícitas a ele no I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado pela UNE, em 1961, em Salvador, Bahia. As idéias de Córdoba também estão presentes nas jornadas de 1968, notadamente no México, em que centenas de estudantes foram executados em Tlatelolco, na épica greve da UNAM, em 1999, nas lutas dos “pingüins” no Chile e, de alguma forma, no escopo dos debates assinalados por Mariátegui, no ideário educacional presente na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, na universidade do Distrito Federal da cidade do México, na universidade intercultural da Coordenação Nacional dos Povos Indígenas do Equador. As ocupações estudantis das reitorias dos últimos dois anos, como as da USP e das Federais no escopo da luta contra a reestruturação bolonhesa das universidades federais, recuperam muito dos métodos de luta irradiadas por Córdoba.

Córdoba, 90 anos depois. O que fica? Para além dos fundamentos de uma universidade autônoma, co-governada, pública, gratuita e comprometida com os problemas nacionais, permanecem os ensinamentos de que a universidade verdadeiramente universal, em que caibam todos os povos, requer a luta anticapitalista e antiimperialista. Isso somente será possível se a educação, enquanto estratégia política, for difundida por universidades populares que articulem a classe trabalhadora e os nichos de pensamento crítico que seguem existindo nas universidades públicas. A união operária, camponesa, estudantil, em todos os níveis, com os trabalhadores da educação, é o novo ponto de partida a que Florestan Fernandes fez referência no momento em que se anunciava um reascenso das lutas populares. A melhor homenagem que podemos fazer é levar adiante essa tarefa. Como disse Mella: “Triunfar ou servir de trincheira aos demais. Até depois de nossa morte somos úteis. Nada de nossa obra se perde” (apud Kohan, 2002). Nas comemorações dos 90 anos da Reforma Universitária de Córdoba é importante que uma grande massa da juventude conheça esse extraordinário movimento. E celebrem a memória dos mortos com lutas que tornem vivas suas obras!

*\*Fragmento do capítulo “Reforma universitária de Córdoba, 90 anos: um acontecimento fundacional para a universidade latino-americana” em: Sader, Emir; Gentili, Pablo e Aboites, Hugo [editores], 2008 La Reforma Universitaria. Desafíos y perspectivas noventa años después (Buenos Aires, CLACSO).*

*\*\*Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ex-coordenador do GT “Universidade e Sociedade” do CLACSO.*

#### Bibliografia

- BACHELARD, Gaston 1968 *O novo espírito científico* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro).  
CÍRIA, Alberto y SANGUINETTI, Horacio 1968 *Los reformistas* (Buenos Aires, Editorial Jorge Alvarez S.A.).  
KOHAN, Nestor 2002 *Ni calco ni copia: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano* (La Habana).  
LEHER, Roberto 2007 “Fast delivery diploma: a feição da contrarreforma da educação superior” em *Agência Carta Maior* (São Paulo, Brasil, 15/02/07). Em [www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4342](http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=4342).  
LEYTON, Juan Carlos Gómez 2006 “La rebelión de las y los estudiantes secundarios en Chile. Protesta social y política en una sociedad neoliberal triunfante” em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) N° 20, mayo-agosto.  
MONTEIRO, Naomar 2007 “Razões para a reestruturação” em *UFBA Revista* (Salvador: UFBA) N°4.  
RIEZNICK, Pablo 2000 *Marxismo y sociedad: variaciones sobre un tema* (Buenos Aires: Eudeba).  
BERNHEIM, Carlos Tunnermann 1997 *La reforma universitaria de Córdoba* (México, D.F.: ANUIES).  
UNESCO 2008 *Relatório de monitoramento de Educação para Todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?* Em [www.unesco.org.br/publicacoes/livros/relatorioEPTBrasil2008/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/relatorioEPTBrasil2008/mostra_documento), acesso em 02 de maio de 08.

# Novidades Editoriais Clacso



## La Reforma Univesitaria Desafíos y perspectivas noventa años después

Emir Sader, Pablo Gentili e Hugo Aboites (editores)

Uma contribuição para pensar criticamente os processos de transformação nos sistemas universitários da América Latina. Com abordagens diversificadas, seus autores realizam um conjunto de aportes ao debate, sobre a atualidade e os desafios da Reforma Universitária de 1918, que marcou intensamente as lutas pela universidade pública desde então.

## Noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba (1918-2008)

Carlos Tünnermann Bernheim (autor) / Apresentação de Hugo Aboites / Prólogo de Luis Manuel Peñalver

O autor organiza e resume as idéias básicas que integram o que poderia denominar se o Programa da Reforma Universitária de 1918 e realiza um balanço sobre o desenvolvimento dessas idéias fundamentais nas universidades dos nossos países e a influência que exerceram no processo de desenvolvimento da educação superior latino-americana. Os conceitos expressados poderiam constituir uma boa base para o debate que, em escala continental.



## OSAL Nº 24

Revista semestral

**Debates** *Movimentos sociais: Argentina, Bolívia, Brasil, México e Paraguai*

**Inclui o documental** *Coração de fábrica* – Um filme de Virna Molina e Ernesto Ardito

**Análises de casos** Uma fábrica patagônica em autogestão operária

**Aportes do pensamento crítico latino-americano** *O 68 estudantil no México* | *O 69 operário na Argentina*

**Experiências dos movimentos sociais** *Venezuela: construindo outra cultura* | Criminalização e direitos humanos | *Em defesa do MST brasileiro*

# Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO

## Repensando a problemática das sociedades latinoamericanas e caribenhas a partir de uma perspectiva crítica e plural

O CLACSO foi criado em 1964, quando se iniciou o processo de constituição de um organismo encarregado de promover a coordenação e articulação entre os centros dedicados à docência e a pesquisa em ciências sociais da região. Inicialmente agrupou 60 centros de pesquisa de diversos países da região.

As violentas ditaduras militares e a fragilidade dos governos democráticos foram fatores que bloquearam o desenvolvimento das ciências sociais na América Latina e no Caribe, constituindo um cenário de desequilíbrios institucionais e desigualdades sociais que exigiram um esforço multiplicado do CLACSO na defesa da liberdade acadêmica, do pensamento crítico, da autonomia universitária e dos direitos humanos.

No marco dos processos de transição democrática, o CLACSO jogou um papel de grande importância para a reconstrução das instituições acadêmicas públicas, além de promover iniciativas de intercâmbio e cooperação, fundamentais para a institucionalização das ciências sociais em toda a região.

Já nos anos 90, em um cenário marcado pelos governos neoliberais e conservadores, atualizou e redefiniu os desafios institucionais. Durante estes anos, atravessados por uma brutal ofensiva privatizadora, CLACSO deu continuidade aos seus programas acadêmicos, propiciando o uso pleno e criativo das novas tecnologias de informação e comunicação, a fim de promover e estimular a democratização do acesso ao conhecimento produzido pela pesquisa social latino-americana e caribenha.

O início do novo milênio marcou a consagração do CLACSO como uma fonte primordial de intercâmbio, apoio e promoção da investigação, docência e a provisão de recursos acadêmicos em toda a região. Atualmente é uma rede de 245 instituições de acadêmicas em 25 países.

A estrutura acadêmica do CLACSO atualmente é formada pelas seguintes iniciativas:

**Programa Grupos de Trabalho:** Promove o estudo trans-disciplinar, colaborativo e comparativo das problemáticas sociais mais relevantes da região, superador da fragmentação própria do saber convencional. Com isto, pretende favorecer a construção de perspectivas comparadas que facilitem o desenvolvimento do pensamento crítico e constituam um apoio ao trabalho acadêmico dos Centros Membros.

**Programa Regional de Bolsas de Estudo:** Se propõe a contribuir para a formação de cientistas sociais, fomentar a pesquisa social, assegurar a difusão de seus resultados, estimular o intercâmbio acadêmico e refundar os debates e espaços de reflexão sobre os problemas e desafios que enfrentam nossas sociedades.

**Rede CLACSO de Pós-graduações em Ciências Sociais:** Pretende favorecer a articulação dos trabalhos empreendidos pelos diversos programas de pós-graduação impulsionados pelas instituições membros, através do intercâmbio de professores e alunos, do trabalho colaborativo em matéria de conteúdos e acreditação, do apoio ao desenvolvimento de projetos cooperativos de pesquisa e o estabelecimento de acordos de cooperação para um maior aproveitamento dos recursos disponíveis e uma potencialização esforços iniciados. Outra ação é o desenvolvimento de pós-graduações naquelas regiões onde seu alcance e implementação são ainda incipientes.

**Programa Observatório Social da América Latina:** Promove a análise e o debate sobre a problemática do conflito e os movimentos sociais na região, a partir de um rigoroso trabalho de seguimento, registro e sistematização, levado a cabo pelos Comitês de Seguimento, núcleos localizados em centros de pesquisa em 19 países latino-americanos que compõem a rede CLACSO. Por outra parte, publica periodicamente a Revista OSAL, que oferece um panorama sobre a realidade latino-americana e os debates e aproximações suscitados ao redor dos movimentos sociais.

**Programa CLACSO-CROP de Estudos sobre a Pobreza:** Articula uma rede acadêmica internacional que trabalha sobre a problemática da pobreza, da discriminação, da desigualdade e da injustiça social, estimu-

lando especialmente a participação de pesquisadores e de instituições provenientes de países de menor desenvolvimento relativo ou com uma débil institucionalização das ciências sociais na região (América Central, e Caribe, Bolívia, Equador e Paraguai). Este programa é coordenado juntamente com o *Comparative Research Programme on Poverty* (CROP) do Conselho Internacional de Ciências Sociais.

**Programa Sul-Sul de colaboração com África e Ásia:** Brinda um entorno acadêmico inter-regional para pesquisar e discutir problemáticas sociais comuns à África, América Latina e Ásia. Seu plano de atividades se desenvolve em cooperação com os seguintes organismos: *Council for the Development of Social Science Research in Africa* (CODESRIA), *African Association of Political Science* (AAPS), *Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa* (OSSREA), *Arab and African Research Center* (AARC), *Asian Political & International Studies Association* (APISA), *Southeast Asian Conflict Studies Network* (SEA-CSN) e a Academia Chinesa de Ciências Sociais.

**Campus Virtual de CLACSO:** É uma plataforma de comunicação, informação e difusão dos programas e projetos regionais e internacionais que permite otimizar esforços mediante a utilização de “espaços virtuais” nos quais os participantes mantêm uma constante interação sem necessidade de coincidir no mesmo espaço físico, nem em tempo real. Neste contexto se desenvolvem atividades de formação à distância e de teletrabalho acadêmico, na que confluem a pesquisa, a docência e a aprendizagem.

**Cátedra Florestan Fernandes de CLACSO:** Esta iniciativa, concebida como espaço acadêmico para o estudo de autores e teorias que buscam dar conta das profundas transformações e as problemáticas relevantes aos países latino-americanos. A Cátedra convoca anualmente ao concurso para a seleção de programas acadêmicos de formação à distância em ciências sociais a serem ditados no Campus Virtual com o objetivo de contribuir para a fluidez do intercâmbio e a produção acadêmica latino-americana.